



PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2018

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE
NAVEGANTES - FUMAN

Navegantes - SC

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

a) Informações Gerais:

Entidade:	Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes
CNPJ:	05.052.722/0001-03
Endereço:	Rua Itajaí, N.º 230 - São Domingos/Navegantes/SC
Telefone:	(47) 3185 2015
E-mail:	fuman@navegantes.sc.gov.br
Sítio Eletrônico:	http://www.navegantes.sc.gov.br/e/fundacao-municipal-do-meio-ambiente

b) Rol dos Responsáveis:

Nome	Marcos Antônio Muller Neto
CPF	056.505.559-31
Cargo/Função	Superintendente Interino
Período de gestão	de outubro de 2018 à data atual
Ato Nomeação e data	Ato nº 75.264 / Portaria n.º 3.532 de 17 de outubro de 2018
Ato Exoneração e data	-
Endereço Residencial	Rua Eugênio Geraldino de França nº 70 – Dom Bosco/Itajaí/SC
E-mail	marcos.muller@navegantes.sc.gov.br

Nome	Claudia Angioletti Gabriel
CPF	004.521.939-74
Cargo/Função	Superintendente
Período de gestão	de agosto de 2018 à outubro de 2018
Ato Nomeação e data	Ato nº 74.283 / Portaria n.º 2.701 de 1 de agosto de 2018
Ato Exoneração e data	Ato nº 75.186 / Portaria n.º 3.471 de 29 de outubro de 2018 – Licença Maternidade
Endereço Residencial	Rua Sebastião Vicente Coelho, 114, Centro/Nvt/SC
E-mail	claudia.angioletti@navegantes.sc.gov.br

Nome	Leandro Amaral
CPF	030.165.639-83
Cargo/Função	Superintendente
Período de gestão	de janeiro de 2018 à agosto de 2018

Ato Nomeação e data	Ato nº 73.094 / Portaria n.º 431 de 11 de janeiro de 2018
Ato Exoneração e data	Ato nº 74.282 / Portaria n.º 2.700 de 1 de agosto de 2018
Endereço Residencial	Rua Antônio Bernardo Schalter, 512, São Domingos/Nvt/SC
E-mail	leandro.amaral.nvg@hotmail.com

Nome	Claudia Angioletti Gabriel
CPF	004.521.939-74
Cargo/Função	Superintendente
Período de gestão	de maio de 2017 à janeiro de 2018
Ato Nomeação e data	Ato nº 64.390 / Portaria n.º 1.467 de 4 de maio de 2017
Ato Exoneração e data	Ato nº 71.288 / Portaria n.º 430 de 11 de janeiro de 2018
Endereço Residencial	Rua Sebastião Vicente Coelho, 114, Centro/Nvt/SC
E-mail	claudia.angioletti@navegantes.sc.gov.br

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:

O quadro de pessoal da Fundação Municipal do Meio Ambiente fica assim constituído:

- a) Superintendente;
- b) Assessor Técnico II de Educação Ambiental;
- c) Assessor Técnico II de Unidades de Conservação.
- d) Gerente Administrativo;
- e) Executivo de Projetos Estratégicos I de Licenciamento e Fiscalização;
- f) Procurador Fundacional;
- g) Analista Ambiental - Engenharia Ambiental;
- h) Analista Ambiental - Engenharia Sanitária;
- i) Analista Ambiental - Engenharia de Agrimensura;
- j) Analista Ambiental - Engenharia Agrônoma;
- l) Analista Ambiental - Engenharia Química;
- m) Analista Ambiental - Biologia;
- n) Analista Ambiental - Geologia;
- o) Analista Ambiental - Medicina Veterinária;
- p) Dois Fiscais Ambientais;
- q) Três Técnicos em Serviços Complementares.

Fonte: art. 34 da lei 1461 de 20 de novembro de 2001

O Conselho Deliberativo será constituído por 07 (sete) membros efetivos e 07 (sete) membros suplentes, sendo um representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente, um representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, um representante das associações de moradores do município, um representante da ACIN - Associação Comercial e Industrial de Navegantes -, um representante da AMPE - Associação das Micro e Pequenas Empresas - de Navegantes, um representante da Faculdade Sinergia, um representante dos engenheiros ou arquitetos residentes no município de Navegantes. (Redação dada pela Lei nº 1819/2004)

Fonte: art. 11 da lei 1461 de 20 de novembro de 2001

d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

Lei nº 1.461/2001 - Institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências

A Fundação Municipal do Meio Ambiente reger-se-á pelas seguintes normas e objetivos:

I - executar a política ambiental do Município de Navegantes no que diz respeito ao Meio Ambiente.

II - articular-se com organismos municipais, estaduais, federais, internacionais e privados, visando obter recursos financeiros e tecnológicos para o desenvolvimento de programas de proteção ao meio ambiente;

III - assessorar a preservação, a recuperação e a exploração racional dos recursos naturais do Município;

IV - celebrar contratos, acordos, ajustes e termos de compromisso ou protocolos com pessoas e entidades públicas ou privadas, inclusive estrangeiras, visando desenvolver a política de recursos da Fundação;

V - promover campanhas educacionais e de treinamento, destinadas a despertar a consciência ambiental da população para com os problemas de preservação e proteção ambiental;

VI - fiscalizar todas as formas de agressão ao meio ambiente natural, autuando e aplicando as punições que a legislação ambiental dispõe para cada caso de agressão, poluição, caça e pesca predatória;

VII - implantar, fiscalizar e administrar as Unidades de Conservação localizadas em áreas protegidas por lei, tais como: matas nativas, dunas, restingas, manguezais, encostas e recursos hídricos, visando à proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora, fauna, recursos genéticos e outros bens de interesse ambiental;

VIII - assessorar a Administração Pública Municipal em todos os seus aspectos relativos à formulação, coordenação, execução e fazer executar a Política Municipal do Meio Ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis;

IX - colaborar tecnicamente, sempre que possível, com os respectivos proprietários na conservação de áreas de vegetação declaradas de preservação permanente, assim como incentivar o desenvolvimento de jardins, plantas medicinais, hortas, pomares, matas e pequenos reflorestamentos;

X - controlar os padrões de qualidade ambiental relativos à poluição atmosférica, hídrica, acústica e visual, e a contaminação dos solos, incluindo o monitoramento das balneabilidades das águas costeiras e interiores;

XI - propor e operacionalizar normas referentes à proteção do patrimônio paisagístico do Município, incluindo critérios para colocação de propagandas em logradouros públicos e particulares e em prédios e terrenos;

XII - auxiliar na implantação, na coordenação e na operacionalização de hortos municipais, com a finalidade de executar atividades de reflorestamentos, projetos paisagísticos, serviços de jardinagens e arborização nas áreas públicas e de lazer do Município;

XIII - colaborar na proteção dos animais selvagens e domésticos e fiscalização de qualquer atividade de pesca, caça e esportes náuticos no Município conforme legislação dos órgãos competentes;

XIV - promover campanhas para o tombamento das espécies de árvores nativas, localizadas em logradouros públicos, afim de que sejam imunes ao corte, por serem consideradas patrimônio histórico natural;

XV - propor normas ambientais destinadas a disciplinar as atividades dos setores produtivos que operem com transportes, movimentação e depósito de cargas perigosas e tóxicas no Município;

XVI - estimular a implantação e normatizar as atividades relacionadas ao ecoturismo no Município;

XVII - definir as políticas municipais de limpeza urbana, em relação à coleta seletiva do lixo, à reciclagem do lixo seco, à compostagem do lixo orgânico e à disposição final do lixo sem aproveitamento;

XVIII - participar na fiscalização das atividades utilizadoras de tecnologia nuclear, assim como de quaisquer outras substâncias perigosas, em suas várias formas, controlando o uso, armazenagem, transporte e destinação de resíduos, garantindo medidas de proteção às populações envolvidas;

XIX - executar projetos específicos de coleta seletiva e protegida de pilhas, baterias, carregadores de celulares, lâmpadas fluorescentes, a fim de evitar a contaminação do meio natural e social;

XX - promover a conscientização política para a proteção do meio ambiente, criando instrumentos adequados para a educação ambiental como processo permanente, integrado e multidisciplinar em todos os níveis de ensino, incluindo a criação de espaços formais e informais para a construção de uma cidadania ambiental, especialmente em crianças e adolescentes;

XXI - operacionalizar a participação comunitária no planejamento, execução e vigilância que visem a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável;

XXII - executar projetos específicos de defesa, preservação e recuperação do meio ambiente, incentivando a criação e absorção de tecnologias compatíveis com a sustentabilidade ambiental;

XXIII - apoiar com recursos próprios disponíveis e procurar apoio externo para toda e qualquer iniciativa de desenvolvimento sustentável, assim como para empreendimentos voltados à preservação dos diferentes ecossistemas no âmbito do Município;

XXIV - fiscalizar as formas de agressão ao meio ambiente, aplicando as penalidades e punições previstas na legislação ambiental brasileira;

XXV - promover campanhas, eventos, seminários, congressos, oficinas ecológicas, através de iniciativas próprias, tendo a liberdade e autonomia de elaborar projetos, captar recursos financeiros, listar os convidados e gerenciar todas as atividades relativas às promoções que busquem a conscientização pública;

XXVI - assessorar a Administração Municipal no que concerne aos aspectos ligados ao meio ambiente, previstos na Lei Orgânica do Município, bem como aqueles eventuais que necessita de apoio logístico institucional;

XXVII - analisar os projetos hidro sanitários encaminhados à Prefeitura Municipal de Navegantes, emitindo parecer técnico a respeito;

XXVIII - licenciar, por delegação de poderes, mediante convênio com os órgãos integrantes do Sisnama, as atividades consideradas potencialmente poluidoras no âmbito do Município, conforme determinam as resoluções do Conama;

XXIX - analisar e aprovar os projetos de extensão do serviço público municipal de estrutura básica, com repercussão ambiental.

Decreto 6.514/2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.605/1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Lei Complementar Municipal nº 13/2003 - Institui a política municipal do meio ambiente e dá outras providências.

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Situação orçamentária:

Cód. Programa	Título do Programa	Orç. Inicial	Orç. Atualizado	Liquidado	Saldo	% Aplic. do Orç.
1039	Implantação do Parque Ambiental	83.600	20.010	-	20.010	0,00%
1040	Aquisição de equipamento	29.260	2.910	-	2.910	0,00%
1041	Aquisição de veículos	33.440	200	-	200	0,00%
1042	Conscientização da Coleta Seletiva e Reciclagem	3.654	2.784	1.733	1.051	62,25%
2067	Manutenção e Funcionamento da Fundação do Meio Ambiente	989.491	1.270.566	1.091.148	179.418	85,88%

2068	Manutenção da Unidade de Conservação	6.270	3.145	-	3.145	0,00%
2149	Compensação Ambiental	10.450	55.450	10.710	44.740	19,31%
Total Geral		1.156.165	1.355.065	1.103.591	251.474	81,44%

Situação metas físicas:

Cód. Programa	Título do Programa	Meta Física - Exercício 2018				Realizado			
		Produto	MT	KM	UN	MT	KM	UN	% EXEC.
1039	Implantação do Parque Ambiental	Equipamentos			100			0	0%
1040	Aquisição de equipamento	Equipamentos			30			0	0%
1041	Aquisição de veículos	Veículos			1			0	0%
1042	Conscientização da Coleta Seletiva e Reciclagem	Material Educativo			500			0	0%

Obs: a não parametrização dos programas entre o orçamentário e metas físicas são em virtude das mudanças que ocorreram no orçamento durante o ano e não está sendo considerado nas metas físicas os programas de manutenção e funcionamento do órgão/unidade gestora.

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

Decreto nº	Despesa	Razões	Efeitos/Consequências
Decreto 156/2018	I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos; II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas.	a) o não atingimento das metas de arrecadação estabelecidas até o final do 3º bimestre do exercício de 2018; b) a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira das despesas do orçamento municipal 2018, constantes da Lei Orçamentária Anual (Lei nº 3251 de 12 de dezembro de 2017) e suas alterações, com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício financeiro; c) que o não atingimento das metas refere-se apenas às receitas de capital, mais especificamente, recursos de operações de crédito não realizadas;	Limitação de Empenho
Decreto 115/2018	Contratação de pessoal	Gastos com pessoal dentro do limite prudencial	Limitação de empenho

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício de 2018.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

Não houve permanência de restos a pagar processados ou não processados por mais de um exercício financeiro para esta unidade gestora.

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

a.1) Quadro de pessoal (quantidade):												
Vínculo	Quantidades/Mês											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	6	6	6	6	6	6	6	6	6	5	5	6
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público												
Agentes Públicos Militares Ativos												
Membros ativos de Poder ou órgão												
Agentes Políticos com Mandato Eletivo												
Serv. ocupantes de cargo/emprego em comissão na UG com vínculo efetivo com o Ente												
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	4	5	5	5	4	4	4	4	4	5	5	5
Servidores contratados por tempo determinado												
Estagiários												
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras												
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras												
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo												
Servidores cedidos para outras esferas de Governo												
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários												
Conselheiros Tutelares												
Total	1	11	11	11	1	1	1	1	1	1	1	11

a.2) Quadro de pessoal (valores):													
Vínculo	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês												
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Total
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	33.490	34.026	33.745	33.417	34.032	34.908	49.912	32.933	33.216	32.145	31.531	70.769	454.125
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público													
Agentes Públicos Militares Ativos													
Membros ativos de Poder ou órgão													
Agentes Políticos com Mandato Eletivo													
Serv. ocupantes de cargo/emp. em comissão na UG com vínc. efet. com o Ente													
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	26.442	27.279	25.663	25.663	27.778	21.397	30.243	35.064	21.397	27.963	31.495	53.162	353.547
Servidores contratados por tempo determinado													
Estagiários													
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras													
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras													
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo													
Servidores cedidos para outras esferas de Governo													
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários													
Conselheiros Tutelares													
Total	59.932	61.305	59.407	59.080	61.810	56.305	80.155	67.997	54.614	60.109	63.026	123.931	807.672

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0537/2018.

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0537/2018.

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0537/2018.

IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

Não houve transferências de recursos a terceiros mediante convênios, termos de parceria ou de cooperação ou instrumentos congêneres no exercício de 2018 por parte da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes.

V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Modalidade/Forma	Obras e Serviços de Engenharia	Compras	Contratação de Serviço	Despesa Realizada
Pregão Presencial	0	21.184,06	9.729,55	30.913,61
Dispensa de Licitação (Art.24,I e II)	0	2.567,80	103.094,64	105.662,44
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	0	0	1.002,74	1.002,74
Total	0	23.731,86	113.826,93	137.578,79

Fonte: Betha Sapo, relatórios in-20 anexo V-a

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Pessoa de Contato:	Fiscal Contrato: Arlson Luiz Moraes - (Titular) Tatiana De Alencar Carlini - (Suplente)
CNPJ:	09.427.503/0001-12
Endereço:	R. General Liberato Bittencourt, 1885 - Sala 102
E-mail:	ciga@ciga.sc.gov.br
Telefone:	(48) 3321-5300
Ato legal instituindo a atividade:	Contrato Nº.:372/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 182/2015 PMN.

VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

a) recomendações expedidas no exercício (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos;

Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	1	Adquirir / Instituir sistema informatizado para cadastro dos documentos emitidos pela FUMAN (Licenças/Alvarás)	Recomendação Atendida	Foi implantado as rotinas no sistema Betha Tributos e sistema SINFAT Municípios
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	2	Utilizar sistema para digitação do documento, com numeração automática, já vinculando um boleto a este documento (Licenças/Alvarás)	Recomendação Atendida	As Certidões Ambientais já estão implantadas para o sistema via numeração automática vinculada a um boleto. Com o Sistema SINFAT será possível de forma digital consultar pelo ato expedido o respectivo boleto de quitação.
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	3	Efetuar o acompanhamento financeiro da FUMAN – Emissão e Baixa dos Boletos	Recomendação Atendida	Rotinas foram concluídas no sistema Betha Tributos e é possível acompanhar o movimento financeiro da Fundação, seja por dia, mês ou ano, com boletos em aberto, quitados etc...
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	4	Sugere-se implantação de sistema informatizado para emissão de documentos, com vínculo automático dos boletos e controle de baixa (junto a instituição financeira)	Recomendação Atendida	Implantação do Sistema Betha Tributos concluído.
Fuman	Atos administrativos, cobrança de	5	Não sendo implantado o sistema: criar normativa sobre o procedimento, como	Recomendação Atendida	Foi implantado a rotina.

	taxas e receitas de compensação ambiental		emitir (texto), vinculando o documento ao boleto e vice-versa		
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	6	Criar normativa sobre o procedimento para vistorias, com check list e formas de comprovação da execução da vistoria.	Recomendação Atendida	Foi implantado a exigência de Parecer de Vistoria, neste sentido os analistas em cada processo emitem o respectivo parecer com fotos e demais dados.
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	7	Criar normativa sobre o procedimento para solicitar documentos, buscando redução da burocracia	Recomendação Atendida	Para solicitar documentos é exigido o cadastro da solicitação via ouvidoria, que após a tramitação é separado e disponibilizado pelo ouvidor setorial. Caso não possua acesso a internet é disponibilizado requerimento e após a análise disponibilizado o documento.
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	8	Implantação no site da fundação de solicitação de documentos online, pelo menos dos documentos mais simples e usuais, possibilitando a emissão do boleto	Recomendação Atendida	Está disponível no site o requerimento com check list dos documentos necessários
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	9	Criar normativa sobre o procedimento, com a informação de quem são os contribuintes que tem direito à isenção, com a devida base legal	Recomendação Atendida	Está disponível a IN sobre o assunto.
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	10	Sugere-se ainda, que os processos com isenção apresentem no documento emitido: - O aval do superintendente; - A base legal que autoriza a isenção; - Anexas cópias dos documentos que atestem o enquadramento	Recomendação Atendida	A Instrução Normativa n.º 001/2019 publicada no Diário Oficial dos Municípios atende todos os requisitos para solicitação de isenção.
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	11	Nos processos para concessão de LAI/LAO/LAP, criar padrão de ordem dos documentos com check list;	Recomendação Atendida	Foi estabelecido com a implantação do Sistema SINFAT a aplicação do check list para cada atividade. (check list na respectiva Instrução normativa, conforme atividade).
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	12	Incluir no texto de todos os documentos a fórmula e o valor a ser cobrado;	Recomendação Atendida	O cálculo é automático e foi disponibilizado no site a tabela com as configurações de taxas para cada serviço disponibilizado na FUMAN
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	13	Anexar aos TC (Termo de Compromisso) as vistorias realizadas e cronograma para visitas	Recomendação Atendida	Procedimento implantado
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	14	Atualizar legislação, prevendo a renovação das Autorizações Ambientais, forma de cobrança e multa em caso de não renovação no prazo determinado;	Recomendação Atendida	Foi elaborada e aprovada Resolução n.º 002/2018 do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Navegantes (Disponível no site) que atende os principais pontos questionados.

Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	15	Atuar preventivamente, fiscalizando as Autorizações Ambientais com validade vencida;	Recomendação Atendida	A Recomendação foi atendida, foi convocado servidores do concurso a fim de aumentar a capacidade de fiscalização das licenças e autorizações, porém, por casos fortuitos, houve o afastamento de três dos quatro analistas ambientais por motivo de saúde. Assim que seja retomada as análises, serão efetivados os procedimentos de verificação e levantamento das situações de licenças e autorizações ambientais vencidas.
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	16	Cobrança de valor maior para grandes obras e/ou para autorizações que necessitem de maior demanda dos trabalhos dos Servidores da FUMAN	Recomendação Atendida	Foi elaborada e aprovada Resolução n.º 002/2018 do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Navegantes (Disponível no site) que levou em considerações o apontamento.
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	17	Efetuar movimentação financeira conforme Item II, Artigo 17, da Lei 1461 (Superintendente FUMAN em conjunto com Gerente Administrativo)	Recomendação Atendida	A Recomendação foi atendida e apenas o Superintendente realiza a movimentação financeira com o Gerente Administrativo.
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	19	Verificar junto ao Departamento jurídico a atualização dos cargos ativos, de acordo com a Lei Ordinária 1461/2001(Cria a FUMAN e cargos), Lei Complementar 62/2009 (cria cargos em comissão- Assessor Técnicos e Dir. Departamento) e o Decreto 496/2009 (Cria cargos comissionados na FUMAN)	Recomendação Atendida	Recomendação foi atendida, conforme a Lei Ordinária n.º 1.461/2001.
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	20	Atualização dos Cargos na Lei 1461/2001 (vários cargos criados e não preenchidos)	Recomendação Atendida	Foi solicitado ao chefe do Poder Executivo e foi autorizado a convocação de dois servidores analistas ambientais.
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	21	Revisar o quadro de servidores da FUMAN, adequando os cargos e funções à legislação vigente, atendendo os entendimentos do STF e do TCE/SC (Servidores comissionados com função de fiscalizar) - <u>Airton de Melo - de Assessor Técnico II, que não possui previsão legal para atribuições na FUMAN - Exercendo função de fiscalização</u>	Recomendação Atendida	Recomendação foi atendida, os servidores não atuam em fiscalização.
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	22	Revisar o quadro de servidores da FUMAN, adequando os cargos e funções à legislação vigente, atendendo os entendimentos do STF e do TCE/SC (Servidores comissionados com função de fiscalizar) - Evandro Roberto Pereira - de Assessor Técnico II, que não	Recomendação Atendida	Recomendação foi atendida.

			possui previsão legal para atribuições na FUMAN - Exercendo função de fiscalização		
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	22a	Os documentos auditados constavam apenas a assinatura do Superintendente, em conjunto com Airton (sem informação de matrícula., CPF, ou função). Não foi recebido nenhuma cópia do novo. Habite-se e não se verifica a legalidade ou necessidade da pessoa que emite o documento assinar em conjunto, visto que a responsabilidade é de quem fiscaliza, e não de quem digita. Justificar e apresentar cópia dos novos HABITE-SE	Recomendação Atendida	OS Projetos hidro Sanitários e Habite-se são atualmente expedidos com a assinatura do Superintendente e do Analista Ambiental - Engenheiro Sanitarista. Os documentos com a recomendação foram encaminhados com o Ofício n.º 101/2018/FUMAN
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	23	Revisar o quadro de servidores da FUMAN, adequando os cargos e funções à legislação vigente, atendendo os entendimentos do STF e do TCE/SC (Servidores comissionados com função de fiscalizar) - Leandro Amaral - de Assessor Técnico I, que não possui previsão legal para atribuições na FUMAN - Exercendo função de fiscalização	Recomendação Atendida	Recomendação foi atendida, servidores foram exonerados.
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	26	Verificar junto ao Departamento de Recursos Humanos a lotação de servidor, visto que o cargo Diretor de Departamento não possui previsão legal na fundação (Existe Dir. Administrativo na Lei 62/2009)	Recomendação Atendida	O servidor foi exonerado e a Recomendação foi atendida
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	28	Rever procedimentos para Emissão e Baixa dos Boletos	Recomendação Atendida	Procedimentos foram revistos e há rotina em sistema com a finalidade
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	29	Comprovante de Entrega de Documentos: - Criar normativa determinando quem pode retirar o documento além do requerente; - Exigir procuração específica para retirada por terceiros; - Confeccionar carimbo para retirada do documento, incluindo o texto "Retirei o original deste documento", com campo para preencher a Data, Nome, CPF e assinatura da pessoa que retirou o documento; - Anexar cópia do documento da pessoa que retirou o documento.	Recomendação Atendida	O Carimbo foi confeccionado e Instrução normativa está sendo elaborada
Fuman	Atos administrativos,	30	Pela Lei 1461, a movimentação financeira	Recomendação Atendida	O Quaro de servidores foi adequado.

	cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental		deve ser feita pelo Superintendente em conjunto com o Gerente administrativo. Adequar o quadro de servidores afim de atender a lei.		
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	30 a	Pela Lei 1461, a movimentação financeira deve ser feita pelo Superintendente em conjunto com o Gerente administrativo. Comprovar informação de que o Prefeito movimenta a conta.	Recomendação Atendida	Recomendação foi atendida
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	31	Informar na Tabela de Taxas, a Lei que regulamenta a cobrança das taxas	Recomendação Atendida	Recomendação foi atendida, a tabela está disponível no site
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	32	Utilizar a mesma nomenclatura dos documentos e das taxas (Laudo Celesc x Laudo de Vistoria)	Recomendação Atendida	Recomendação Atendida
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	33	Criar um check list, determinando quais documentos devem ser solicitados para o cálculo da taxa Avaliação de Fossa e Filtro	Recomendação Atendida	Check list incluído no documento.
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	34	Anexar os documentos que comprovam as informações para o cálculo da taxa Avaliação de Fossa e Filtro	Recomendação Atendida	Recomendação foi atendida
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	35	Incluir o valor e a formula (cálculo) no texto do documento emitido (Avaliação de Fossa e Filtro)	Recomendação Atendida	Recomendação foi atendida
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	37	Criar um check list, determinando quais documentos devem ser solicitados para o cálculo da taxa de análise de projetos hidros sanitários ;	Recomendação Atendida	Foi elaborado Requerimento padrão com check list, disponível no site.
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	38	Anexar os documentos que comprovam as informações para o cálculo da Taxa de análise de projetos hidros sanitários ;	Recomendação Atendida	Conforme check list
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	39	Incluir o valor e a formula (cálculo) no texto do documento emitido (análise de projetos hidros sanitários)	Recomendação Atendida	Está sendo incluído no documento a fórmula de cálculo.

Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	40	Formular tabela mais concisa (fácil de entender) para Taxa Obras de Corte, Aterro, Terraplanagem e Manejo de Águas Pluviais	Recomendação Atendida	Foi disponibilizado a tabela no site
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	41	Rever os textos dos documentos de Habite-se / Declaração (grafia e conexão);	Recomendação Atendida	Recomendação atendida
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	42	Informar função e matrícula do servidor que assina as Declarações de Habite-se e corrigir grafia do nome (Airton x Airton);	Recomendação Atendida	Recomendação atendida
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	43	Incluir, no nome do documento "Declaração", a finalidade dela; Exemplo: "Declaração de Instalação de Efluente Corretamente Instalado";	Recomendação Atendida	Recomendação atendida
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	44	Informar valor e fórmula do cálculo do Habite-se e da Declaração no documento;	Recomendação Atendida	Recomendação foi atendida
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	45	Anexar documentos comprobatórios do valor cobrado pelo Habite-se / Declaração;	Recomendação Atendida	Foi encaminhado ofício n.º 101/2018/FUMAN com os documentos comprobatórios
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	46	Informar no texto do Habite-se ou anexar declaração ou documento que informe que não há necessidade da Declaração e sua cobrança.	Recomendação Atendida	Recomendação atendida
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	47	Apresentar base legal que atribua competência para o servidor Airton de Melo exercer a atividade de fiscalização	Recomendação Atendida	O Servidor não exerce a atividade de fiscalização, para os Habites a fiscalização é realizada pelo servidor Analista ambiental e Engenheiro Sanitarista, Matheus Zaguinni
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	48	Apresentar base legal que atribua competência para o Evandro Roberto Pereira exercer a atividade de fiscalização	Recomendação Atendida	O Servidor não exerce a atividade de fiscalização
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	49	Apresentar documentação referente ao Habite-se Sanitário sem número, concedido para o Residencial Magda Correa.	Recomendação Atendida	Recomendação foi atendida

Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	50	Ajustar base legal informada na Certidão de Tratamento Acústico (Lei e Artigo estão divergentes - Lei Complementar 059)	Recomendação Atendida	Conforme ofício n.º 101/2018/FUMAN
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	51	Apresentar o comprovante de pagamento da LAI – FEMEP no valor de R\$36.044,96	Recomendação Atendida	Conforme ofício n.º 101/2018/FUMAN
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	52	Apresentar TC (Termo de compromisso) 004/2016 da LAO Corretiva 007/2016 - Baltt Empreiteira Transp. Terrapl. Ltda - Obra do trapiche	Recomendação Atendida	Conforme ofício n.º 101/2018/FUMAN
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	53	Apresentar comprovante de pagamento R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais) referente a LAO Corretiva 007/2016 - Baltt Empreiteira Transp. Terrapl. Ltda - Obra do trapiche	Recomendação Atendida	Conforme ofício n.º 101/2018/FUMAN
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	54	Apresentar cronograma de acompanhamento, com comprovação por parte do contribuinte das execuções efetuadas (LAO Corretiva 007/2016 - Baltt Empreiteira Transp. Terrapl. Ltda - Obra do trapiche)	Recomendação Atendida	Conforme ofício n.º 101/2018/FUMAN
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	55	Apresentar TC (Termo de compromisso) 015/2016 referente ao processo da LAO (Corretiva) – nº011/2016 - Haas e Miranda Ltda (SOS Container)	Recomendação Atendida	Conforme ofício n.º 101/2018/FUMAN
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	56	Apresentar cronograma de acompanhamento, com comprovação por parte do contribuinte das execuções efetuadas (Haas e Miranda Ltda (SOS Container));	Recomendação Atendida	Recomendação atendida
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	57	Justificar o uso da logomarca da FUMAN por contribuinte (Haas e Miranda Ltda (SOS Container)), sendo que o uso da mesma se restringe a documentos oficiais;	Recomendação Atendida	Recomendação atendida, o contribuinte não tem autorização para utilizar a logomarca da FUMAN
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	58	Atentar às formalidades para recebimento de documentos (documento da Haas e Miranda sem identificação de quem assinou, sem carimbo)	Recomendação Atendida	Recomendação atendida
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	62	6.1. Autorização Ambiental – AuA nº 005/2017. Empreendimentos NARCISO Ltda - Autorização para Aterro com área total de 17.191m² - Efetuamos o recálculo da taxa, utilizando para tanto a	Recomendação Atendida	Foi solicitado ao chefe do Poder Executivo e a abertura de sindicância para apurar a responsabilidade.

			tabela da FUMAN e chegamos ao total de R\$2.271,14, sendo a diferença do valor de R\$296,74 cobrado a menor (renúncia de receita).		
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	63	Verificar junto ao setor jurídico quais as ações cabíveis quanto a cobrança irregular Habite-se /Total Tx / Declaração R\$0,39 m² / Correto R\$0,43 / Renúncia 319/2017 R\$111,20 R\$72,20 R\$39,00 130,00 R\$55,90 - R\$16,90	Recomendação Atendida	Foi solicitado ao chefe do Poder Executivo e a abertura de sindicância para apurar a responsabilidade.
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	64	Verificar junto ao setor jurídico quais as ações cabíveis quanto a cobrança irregular Habite-se /Total Tx / Declaração R\$0,39 m² / Correto R\$0,43 / Renúncia	Recomendação Atendida	Foi solicitado ao chefe do Poder Executivo e a abertura de sindicância para apurar a responsabilidade.
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	65	Verificar junto ao setor jurídico quais as ações cabíveis quanto a cobrança irregular Habite-se /Total Tx / Declaração R\$0,39 m² / Correto R\$0,43 / Renúncia	Recomendação Atendida	Foi solicitado ao chefe do Poder Executivo e a abertura de sindicância para apurar a responsabilidade.
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	66	Verificar junto ao setor jurídico quais as ações cabíveis quanto a cobrança irregular Habite-se /Total Tx / Declaração R\$0,39 m² / Correto R\$0,43 / Renúncia 109/2017 R\$360,09 R\$72,20 R\$287,89 *956,30 R\$411,21 - R\$123,32	Recomendação Atendida	Foi solicitado ao chefe do Poder Executivo e a abertura de sindicância para apurar a responsabilidade.
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	67	Verificar junto ao setor jurídico quais as ações cabíveis quanto a cobrança irregular Habite-se /Total Tx / Declaração R\$0,39 m² / Correto R\$0,43 / Renúncia	Recomendação Atendida	Foi solicitado ao chefe do Poder Executivo e a abertura de sindicância para apurar a responsabilidade.
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	68	Certidão Ambiental – 1.253/2017 - Contribuinte Apo e Xanda Facção. Emissão boleto 12.420 – Vcto 30/04/2017 – Pago 20/04/2017 Emissão boleto 12.654 – Vcto junho/2017 – Sem pagamento. No processo de Certidão Ambiental, foi apresentado o Boleto 12.654 e o comprovante de pagamento do Boleto 12.420, evidenciando uma possível fraude no recolhimento de taxas. Esta situação demonstra a ausência de controles financeiros na FUMAN.	Recomendação Atendida	O procedimento foi corrigido com a implantação do sistema Betha Tributos.

Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	69	Certidão Ambiental – 1.668/2017 Contribuinte Andrey Nauman ME. Emissão boleto 12.756, Vcto 19/06/2017, no relatório da CEF conta como baixado (valor zerado). Emissão boleto 13.384, em nome de Global Shapers (nome fantasia da Andrey Nauman ME), Vcto 21/09/2017. Foi apresentado comprovante de pagamento, porém, não consta no relatório da CEF, ou seja, sem comprovação que foi realmente transferido para conta da Fundação.	Recomendação Atendida	O procedimento foi corrigido com a implantação do sistema Betha Tributos.
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	70	Certidão Ambiental – 1.659/2017 - Contribuinte Angela Maria Guaitolini Foram emitidos três boletos para ela: 12.800 Vcto 15/06/2017 Baixado na CEF (valor zero) 13.127 Vcto 11/08/2017 Remetido na CEF 13.410 Vcto 23/09/2017 Não consta na CEF Boleto 13.410 foi apresentado comprovante de pagamento, porém, não consta no relatório da CEF. Sem comprovação de foi realmente transferido para conta da Fundação. Além disso, conforme apontamento já feito, futuramente haverá custo para emissão dos boletos.	Recomendação Atendida	O procedimento foi corrigido com a implantação do sistema Betha Tributos.
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	74	Laudo Vistoria (Celesc 120/2017) - Contribuinte Estevam: concedida isenção por idade e/ou pobreza. - Não identificamos legislação prevendo isenção. Apresentar base legal para isenção e comprovação da situação do contribuinte.	Recomendação Atendida	Foi solicitado a abertura de processo administrativo para apurar a responsabilidade
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	75	Emissão AuA (Autorização Ambiental) - Não há previsão legal sobre renovação. Essas autorizações, pela lei vigente, deveriam ser refeitas, ou seja, cobradas novamente. Dessa forma, deveria ter sido cobrada uma nova AuA a cada ano, totalizando R\$5.345,00 como houve a cobrança de apenas R\$1.288,00 ocorreu renúncia de receitas no valor de R\$4.057,00.	Recomendação Atendida	Conforme ofício n.º 101/2018/FUMAN
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	75 a	AuA Maiocchi. A Lei Complementar 13/2003 Art. 40 - AuA é Instrumento de licenciamento ambiental simplificado, constituído POR UM ÚNICO ATO, com prazo de validade de até 4 anos, porém: A Lei informa que é um único ato com validade de até 4	Recomendação Atendida	Conforme ofício n.º 101/2018/FUMAN

			anos. A FUMAN, de forma descritória e dentro da lei, concedeu validade de apenas um ano. A prorrogação em si já seria um novo ato administrativo, além disso, foram emitidas 4 AuA diferentes, pois cada uma contém uma numeração diferentes 030/2013, 050/2014, 002/2016 e 032/2017.		
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	75 b	AuA Maiochi. A Lei Complementar 13/2003 Art. 40 - AuA é Instrumento de licenciamento ambiental simplificado, constituído POR UM ÚNICO ATO, com prazo de validade de até 4 anos, porém: Mesmo se fosse considerado legal a prorrogação, a AuA 030/2013 foi emitida em 05/13, válida até 4 anos, ou seja, até 05/2017. A AuA 32/2017, que é uma das renovações da AuA 030/2013 foi emitida com validade até 05/2018, totalizando 5 anos. Acima do permitido.	Recomendação Atendida	Conforme ofício n.º 101/2018/FUMAN
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	75 c	AuA Maiochi. A descrição da taxa é: Autorização Ambiental Anual, e pode ter validade até 4 anos. Pelo texto pode ser entendido que a autorização e a taxa são anuais, ou seja, mesmo com validade acima de 4 anos, deve ser paga anualmente.	Recomendação Atendida	Conforme ofício n.º 101/2018/FUMAN
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	75 d	AuA Maiochi. Mesmo se juridicamente for considerada legal a prorrogação sem o pagamento da Taxa Anual, no mínimo deveria ser cobrada taxa administrativa. A AUA 050/2014 não houve cobrança de nenhuma taxa.	Recomendação Atendida	Conforme ofício n.º 101/2018/FUMAN

b) recomendações pendentes de atendimento e justificativas para o seu não cumprimento (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos).

Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	18	Verificar com setor jurídico da Fundação e da Prefeitura sobre as funções e cargos dos servidores lotados na FUMAN, para corrigir possíveis não conformidades	Recomendação Parcialmente Atendida	Foi encaminhado ofício para a Secretaria de Administração solicitando a correção, haja vista, que a Fundação não possui departamento de Recursos Humanos.

Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	24	Verificar junto ao Departamento de Recursos Humanos a lotação de servidor HELTON COELHO, visto que o cargo AGENTE DE SERV. GERAIS não possui previsão legal na fundação (Existe Técnico em Serviços Complementares)	Recomendação Parcialmente Atendida	Foi oficiado a Secretaria de Administração para as providências, haja vista, que a Fundação não possui Departamento e Recursos Humanos
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	25	Verificar junto ao Departamento de Recursos Humanos a lotação de servidor CELSO RENATO DOS SANTOS, visto que o cargo Gerente não possui previsão legal na fundação (Existe Ger. Adm - Lei 1461/2001 e Gerente de Educação Ambiental Lei 62/2009)	Recomendação Parcialmente Atendida	Foi oficiado a Secretaria de Administração para as providências, haja vista, que a Fundação não possui Departamento e Recursos Humanos
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	36	Promover a regulamentação adequada na legislação que estabelece as taxas (Exemplo Não está discriminado ao que se refere a metragem (m²))	Recomendação Parcialmente Atendida	A Lei Complementar n.º 13/2003 está em análise para alteração.
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	58	Apresentar cópia da LAO (Corretiva) e do ofício mencionado no Laudo de Vistoria (CELESC) – nº 034/2017 (Proprietário: Patrícia dos Santos/Requerente: EV Aluguel de Máquinas Ltda ME) que permite o uso de área de preservação permanente para fins particulares;	Recomendação Parcialmente Atendida	A Licença Ambiental do empreendimento está em tramitação
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	71	Apresentar documentação referente ao processo sem número, concedido para o Residencial Magda Correa.	Recomendação Não Atendida	
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	72	Laudo de Vistoria (APP) – 007/2017 Requerente Eduardo Medeiros Pedro - Referente Posicionamento área de preservação (APP) Registro de imóveis: Matrícula 12.110, consta como endereço Rua Ver. Osório Gonçalves Viana, Área B do lote 356 Não foi identificada vistoria realizada, da mesma forma a ausência do boleto e do comprovante de pagamento. Esta situação pode caracterizar renúncia de receita R\$72,20.	Recomendação Parcialmente Atendida	Foi solicitado a abertura de processo administrativo para apurar a responsabilidade
Fuman	Atos administrativos, cobrança de taxas e receitas de compensação ambiental	73	Apresentar cópia da LAO (Corretiva) e do ofício mencionado que permite o uso de área de preservação permanente para fins particulares; Laudo de Vistoria (CELESC) – nº 034/2017 - Proprietário: Patrícia dos Santos. Requerente: EV Aluguel de Máquinas Ltda ME.	Recomendação Parcialmente Atendida	O processo se encontra em tramite

VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Não há contratos de gestão de vigentes no exercício de 2018 para esta entidade.

VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Não foram celebrados termos de parceria no exercício de 2018 para esta entidade, bem como não havia qualquer termo de parceria vigente no referido exercício.

Navegantes, 31 de janeiro de 2019.

Marcos Antônio Muller Neto
Superintendente Interino da Fuman